

Notícias da Justiça e do Direito nos jornais desta terça-feira

25/10/2011

O Supremo Tribunal Federal deve julgar, nesta quarta-feira (26/10), a constitucionalidade do Exame de Ordem, necessária para que bacharéis em Direito exerçam a advocacia. Presente na pauta desta semana, o Recurso Extraordinário no STF foi movido pelo bacharel em direito João Volante. Em julho deste ano, o relator do caso, ministro Marco Aurélio, pediu um parecer ao subprocurador-geral da República Rodrigo Janot Monteiro de Barros, que apresentou uma avaliação contrária à prova, lembra o jornal **Correio Braziliense**.

Incentivo ao represamento

Segundo o jornal **Folha de S.Paulo**, o juiz Fernando Tourinho Neto, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região e membro do Conselho Nacional de Justiça, enviou mensagem a uma lista de discussão na internet conclamando juízes federais a represarem ações contra a União e a paralisarem os trabalhos em 30 de novembro. Tourinho assina o texto como vice-presidente da Associação dos Juízes Federais do Brasil e sugere que os magistrados se inspirem "na coragem e no destemor" da presidente Dilma Rousseff.

Manifesto ilegal

Os jornais **Correio Braziliense**, **Estado de Minas**, **Diário do Nordeste**, **O Estado de S. Paulo** e **Valor Econômico** informa que o Conselho da Justiça Federal decidiu que a paralisação dos juízes, marcada para 30 de novembro, e o atraso nas intimações de processos da União que deveriam acontecer até aquela data, são ilegais. Na prática, a decisão do CJF vai fazer com que as corregedorias monitorem os juízes que aderirem às duas medidas. Ela foi tomada a partir de processo administrativo aberto pelo presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministro Ari Pargendler.

Lei de lavagem

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil recomendou que o Congresso não aprove projeto que endurece as penas para crimes de lavagem de dinheiro, contam os jornais **Valor Econômico** e **Folha de S.Paulo**. Em decisão unânime, o conselho da entidade considerou inconstitucional as alterações propostas para a legislação sobre os crimes de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores.

Caixa de Pandora

De acordo com o jornal **Estado de Minas**, os advogados do ex-procurador-geral do Distrito Federal, Leonardo Bandarra, entraram com um Mandado de Segurança no Supremo Tribunal Federal pedindo a anulação do julgamento em que o Conselho Nacional do Ministério Público decidiu demiti-lo. Bandarra é acusado de envolvimento em esquemas de pagamento de propina do governo de José Roberto Arruda, revelados pela Operação Caixa de Pandora, da Polícia Federal, em 2009.

Intervenção na seccional

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil decidiu afastar o presidente da entidade no Pará, Jarbas Vasconcelos, e outros quatro membros da diretoria no Estado, como [noticiou](#) a revista **Consultor Jurídico**. A decisão de intervir em uma seccional é rara, segundo o vice-presidente da OAB, Alberto de Paula Machado, que presidiu a sessão. Não cabe recurso no órgão. Por 22 votos a 4, os conselheiros entenderam que a diretoria estadual violou o Estatuto da Advocacia ao vender irregularmente um terreno da OAB em Altamira (PA), informa o jornal **Folha de S.Paulo**.

Dever constitucional

Garantindo que não retirará uma vírgula do que disse sobre as mazelas do Judiciário, a corregedora do Conselho Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, assinalou com todas as letras nesta segunda-feira, logo após receber a Medalha Dois de Julho outorgada pela prefeitura de Salvador, que "existe corrupção no Poder Judiciário, como existe em todos os segmentos da sociedade brasileira". As informações estão no jornal **O Globo**.

Trabalho infantil

Estados do Sudeste, entre eles Minas Gerais, são líderes do trabalho infantil. De 2005 a 2010, juízes e promotores concederam 33.173 mil autorizações de trabalho para crianças e adolescentes menores de 16 anos. Na soma do período, São Paulo, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Paraná e Santa Catarina foram as unidades da Federação com o maior número de autorizações. A Justiça paulista concedeu 11.295 mil autorizações e a de Minas, 3.345 mil, informa o jornal **Estado de Minas**.

Donos de cartório

A Bahia vai privatizar cartórios sem fazer concurso público para definir os tabeliães que irão comandar uma máquina burocrática que faturou R\$ 164 milhões em 2010. O Estado é o único do país onde os cartórios são geridos pelo Tribunal de Justiça, mas uma lei aprovada pela Assembleia Legislativa em agosto e sancionada no mês passado pelo governador Jaques Wagner (PT) determinou a privatização, informa o jornal **Folha de S.Paulo**.

Crédito consignado

Reportagem do jornal **DCI** conta que, segundo o Banco Central, o consignado responde por 60,4% do crédito pessoal. Ainda que os órgãos públicos monitorem a margem consignável para evitar o superendividamento dos servidores, é comum as dívidas acabarem comprometendo altas parcelas dos vencimentos. No Superior Tribunal de Justiça, decisões sobre o empréstimo consignável formaram jurisprudência que busca proteger os trabalhadores, sem desrespeitar os contratos.

Lei da Copa

Os jornais **Diário do Nordeste** e **Folha de S.Paulo** informam que o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil decidiu que vai ingressar com Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal contra as isenções que beneficiam a Fifa, suas subsidiárias e parceiras na Copa do Mundo de 2014. A entidade vai questionar o Decreto 7.578, que concede isenções de Imposto de Renda, PIS, Cofins, contribuições sociais e previdenciárias.

Os ultrassecretos

O Senado deve analisar nesta quarta o requerimento de urgência ao projeto que regulamenta o acesso às informações oficiais e extingue o sigilo eterno de documentos ultrassecretos. De acordo com o líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), a expectativa é que, se a urgência for aprovada, o projeto seja votado no plenário, conta o jornal **Estado de Minas**.

Forçado ao ócio

Um funcionário de uma usina de álcool de Mato Grosso ganhou na Justiça do Trabalho o direito de receber R\$ 20 mil de indenização por ter sido obrigado pela empresa a não trabalhar, noticia o jornal **Folha de S.Paulo**. Contratado pela antiga Brenco, Charles Adriano Nunes declarou-se vítima de assédio moral para forçá-lo a pedir demissão. Nunes disse à Justiça que era transportado ao local de trabalho, mas "passava o dia parado enquanto os demais trabalhavam normalmente".

COLUNAS

Candidata independente

Da coluna Mônica Bergamo, do jornal **Folha de S.Paulo**: “Mais um nome no páreo para a vaga de ministra do Supremo Tribunal Federal, aberta após a aposentadoria de Ellen Gracie: a advogada tributarista pernambucana Mary Elbe Queiroz, 53. Ela se apresenta como "candidata independente" e tem apoio de entidades como o Conselho Federal de Contabilidade e o Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita — além do governador de Pernambuco, Eduardo Campos (PSB)”.

Crimes da ditadura

Da coluna “Ancelmo Gois”, do jornal **O Globo**: “Na semana em que a Comissão de Anistia do Ministério da Justiça tomou a decisão inédita de reduzir o valor de 129 indenizações. O TRF negou um pedido da advogada Joselice Cerqueira de Jesus, militante do PCdoB presa em 1970, que alega ter sofrido perseguição política. O tribunal reformou a sentença da primeira instância, que mandava a União pagar R\$ 100 mil à advogada”. A **ConJur** noticiou também.
